

ANÁLISE DA CONFIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES PROVENIENTES DE SISTEMAS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEUS IMPACTOS NA ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS JUDICIAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANALYSIS OF THE RELIABILITY OF INFORMATION FROM HUMAN RESOURCES MANAGEMENT SYSTEMS AND ITS IMPACT ON THE PREPARATION OF JUDICIAL CALCULATIONS IN PUBLIC ADMINISTRATION

ANALYSIS OF THE RELIABILITY OF INFORMATION FROM HUMAN RESOURCES MANAGEMENT SYSTEMS AND ITS IMPACT ON THE PREPARATION OF JUDICIAL CALCULATIONS IN PUBLIC ADMINISTRATION

Emily Vitoria Braga Macedo¹
Kaylane Damasceno Nogueira dos Santos²
Maria Aparecida Lopes Urgal³

RESUMO: A transformação digital tem ampliado a utilização de sistemas informatizados na Administração Pública, especialmente na gestão de recursos humanos, tornando a qualidade das informações um fator essencial para a execução de atividades administrativas e judiciais. Nesse contexto, a confiabilidade dos dados registrados nos sistemas de gestão de recursos humanos assume papel relevante na elaboração de cálculos judiciais, os quais demandam informações precisas e consistentes para garantir segurança jurídica e correção dos valores apurados. O presente estudo tem como objetivo analisar a influência da confiabilidade das informações provenientes dos sistemas de gestão de recursos humanos na elaboração dos cálculos judiciais na Administração Pública. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, descritiva e de abordagem quali-quantitativa, sendo desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo realizada com profissionais que atuam em áreas relacionadas à gestão de pessoas, contabilidade, controle interno e assessoria jurídica. Os dados serão analisados por meio de estatística descritiva e interpretação qualitativa das respostas obtidas. Espera-se que os resultados contribuam para a compreensão dos impactos decorrentes de inconsistências informacionais e reforcem a importância da governança da informação para a eficiência administrativa e a segurança dos procedimentos judiciais.

1

Palavras-chave: Gestão de Recursos Humanos. Administração Pública. Cálculos Judiciais.

ABSTRACT: Digital transformation has expanded the use of computerized systems in Public Administration, especially in human resource management, making the quality of information an essential factor for the execution of administrative and judicial activities. In this context, the reliability of data recorded in human resource management systems plays a relevant role in the preparation of judicial calculations, which demand precise and consistent information to guarantee legal security and the correctness of the calculated values. This study aims to analyze the influence of the reliability of information from human resource management systems on the preparation of judicial calculations in Public Administration. The research is characterized as applied, descriptive, and with a qualitative-quantitative approach, developed through bibliographic research and field research conducted with professionals working in areas related to people management, accounting, internal control, and legal advice. The data will be analyzed using descriptive statistics and qualitative interpretation of the responses obtained. It is expected that the results will contribute to the understanding of the impacts arising from informational inconsistencies and reinforce the importance of information governance for administrative efficiency and the security of judicial procedures.

Keywords: Human Resources Management. Public Administration. Judicial Calculations.

¹ Graduanda em ciências contábeis. Afya Centro universitário São Lucas.

² Graduanda em ciências contábeis. Afya Centro universitário São Lucas.

³ Orientadora. Graduada em administração. Afya Centro universitário São Lucas.

RESUMEN: La transformación digital ha ampliado el uso de sistemas informatizados en la Administración Pública, especialmente en la gestión de recursos humanos, convirtiendo la calidad de la información en un factor esencial para la ejecución de las actividades administrativas y judiciales. En este contexto, la fiabilidad de los datos registrados en los sistemas de gestión de recursos humanos desempeña un papel fundamental en la elaboración de cálculos judiciales, que requieren información precisa y consistente para garantizar la seguridad jurídica y la exactitud de los valores calculados. Este estudio tiene como objetivo analizar la influencia de la fiabilidad de la información de los sistemas de gestión de recursos humanos en la elaboración de cálculos judiciales en la Administración Pública. La investigación se caracteriza por ser aplicada, descriptiva y con un enfoque cualitativo-cuantitativo, desarrollada a través de la investigación bibliográfica y el trabajo de campo realizado con profesionales que trabajan en áreas relacionadas con la gestión de personal, la contabilidad, el control interno y la asesoría jurídica. Los datos se analizarán mediante estadística descriptiva e interpretación cualitativa de las respuestas obtenidas. Se espera que los resultados contribuyan a una mejor comprensión de los impactos de las inconsistencias informativas y refuercen la importancia de la gobernanza de la información para la eficiencia administrativa y la seguridad de los procedimientos judiciales.

Palabras clave: Gestión de Recursos Humanos. Administración Pública. Cálculos Judiciales.

INTRODUÇÃO

A informação constitui um dos principais recursos estratégicos das organizações contemporâneas, sendo indispensável para a tomada de decisões, para o desenvolvimento das atividades administrativas e para o alcance dos objetivos institucionais. No âmbito da Administração Pública, a utilização de informações confiáveis torna-se ainda mais relevante em razão da necessidade de garantir eficiência, transparência e segurança na execução dos serviços prestados à sociedade.

Nesse contexto, os sistemas de gestão de recursos humanos assumem papel fundamental ao concentrar informações funcionais, cadastrais e remuneratórias dos servidores públicos, servindo de suporte para diversas atividades administrativas e jurídicas. A utilização desses sistemas possibilita maior organização dos registros institucionais, além de contribuir para a agilidade dos processos e para o aprimoramento dos mecanismos de controle e gestão.

Além de atender às demandas rotineiras da gestão de pessoas, as informações registradas nesses sistemas são amplamente utilizadas na elaboração de cálculos judiciais decorrentes de ações envolvendo servidores públicos. Esses cálculos exigem elevado grau de precisão, uma vez que influenciam diretamente a apuração de direitos, diferenças remuneratórias, gratificações, adicionais e demais verbas reconhecidas judicialmente. Dessa forma, a confiabilidade das informações disponibilizadas pelos sistemas de recursos humanos torna-se elemento essencial para garantir a correção dos valores apurados e a segurança dos procedimentos adotados pela Administração Pública.

Entretanto, apesar dos avanços tecnológicos observados nas últimas décadas, diversos órgãos públicos ainda enfrentam dificuldades relacionadas à qualidade e à integridade das

informações registradas em seus sistemas. A existência de dados incompletos, inconsistências cadastrais, ausência de registros históricos e dificuldades na identificação da origem de determinadas informações pode comprometer a elaboração dos cálculos judiciais, exigindo verificações complementares e aumentando a possibilidade de erros, retrabalho e atrasos processuais.

A literatura especializada destaca que a qualidade da informação constitui fator determinante para a eficiência organizacional, para a efetividade dos mecanismos de controle interno e para a confiabilidade dos processos decisórios. Nesse sentido, a utilização de informações inconsistentes pode gerar impactos relevantes tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial, afetando a transparência, a segurança jurídica e a credibilidade das informações produzidas pelos órgãos públicos.

Diante desse cenário, surge o seguinte questionamento: de que forma a confiabilidade das informações provenientes dos sistemas de gestão de recursos humanos influencia a elaboração dos cálculos judiciais na Administração Pública?

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a influência da confiabilidade das informações provenientes dos sistemas de gestão de recursos humanos na elaboração dos cálculos judiciais, buscando identificar os principais desafios enfrentados pelos profissionais que utilizam esses dados, bem como os impactos decorrentes de possíveis inconsistências informacionais.

3

A relevância da pesquisa está associada à crescente necessidade de aprimoramento da gestão da informação no setor público, especialmente diante da ampliação dos processos digitais e da dependência cada vez maior de sistemas informatizados. Além disso, o estudo contribui para o debate acerca da importância da governança de dados, do controle interno e da qualidade das informações como instrumentos capazes de promover maior eficiência administrativa, transparência e segurança jurídica.

REFERENCIAL TEÓRICO

Sistemas de Gestão de Recursos Humanos e Qualidade da Informação:

A evolução tecnológica tem promovido transformações significativas na forma como as organizações gerenciam suas informações e executam seus processos administrativos. Nesse contexto, os sistemas de informação assumem papel estratégico ao possibilitar a coleta, processamento, armazenamento e disponibilização de dados necessários à tomada de decisões.

Segundo Laudon e Laudon (2021), os sistemas de informação constituem um conjunto de componentes inter-relacionados responsáveis por apoiar as operações organizacionais, contribuindo para maior eficiência, controle e suporte gerencial.

Na Administração Pública, a utilização desses sistemas tornou-se indispensável para o gerenciamento das informações funcionais e remuneratórias dos servidores públicos. Entre os diversos sistemas utilizados pelos órgãos governamentais, destacam-se os sistemas de gestão de recursos humanos, que concentram informações relacionadas à vida funcional dos servidores, incluindo dados cadastrais, vínculos, remuneração, benefícios, progressões funcionais e demais registros necessários à gestão de pessoas.

De acordo com Chiavenato (2022), a gestão de recursos humanos desempenha papel fundamental para o alcance dos objetivos institucionais, sendo diretamente influenciada pela qualidade das informações disponíveis. Dessa forma, a eficiência dos processos administrativos depende não apenas da existência de sistemas informatizados, mas também da confiabilidade e da integridade dos dados registrados.

Nesse cenário, a qualidade da informação torna-se um elemento essencial para a execução adequada das atividades organizacionais. Informações confiáveis devem apresentar características como precisão, completude, consistência e atualização, permitindo que gestores e demais usuários possam utilizá-las com segurança em suas atividades. Conforme estabelecido pelo Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 – R2), a informação deve representar de forma fidedigna os fenômenos que se propõe a retratar, garantindo sua utilidade para os usuários.

4

A crescente digitalização dos processos administrativos tem ampliado a dependência das organizações em relação aos sistemas informatizados. Por esse motivo, eventuais falhas nos registros, inconsistências cadastrais ou ausência de informações históricas podem comprometer a qualidade das informações produzidas, impactando diretamente atividades que dependem da correta interpretação dos dados armazenados.

Confiabilidade das Informações e seus Impactos na Elaboração dos Cálculos Judiciais: A confiabilidade das informações constitui um dos principais requisitos para a efetividade dos processos administrativos e para a segurança das decisões tomadas pelas organizações. Na Administração Pública, essa confiabilidade torna-se ainda mais relevante em razão da necessidade de observância dos princípios da legalidade, eficiência, transparência e prestação de contas.

Segundo Marion (2018), a qualidade das informações influencia diretamente a precisão das análises realizadas e a confiabilidade dos resultados produzidos pelas organizações. Quando os dados utilizados apresentam inconsistências, omissões ou divergências, aumentam-se os riscos de erros operacionais e decisões inadequadas.

Nesse contexto, os mecanismos de controle interno desempenham papel fundamental na garantia da qualidade das informações organizacionais. O COSO (2013) destaca que os controles internos têm como finalidade proporcionar segurança razoável quanto ao alcance dos objetivos institucionais, incluindo a confiabilidade das informações utilizadas nos processos organizacionais.

A importância da confiabilidade dos dados torna-se ainda mais evidente nos procedimentos relacionados à elaboração de cálculos judiciais. Esses cálculos são utilizados para apuração de valores decorrentes de decisões judiciais envolvendo direitos dos servidores públicos, tais como diferenças remuneratórias, progressões funcionais, gratificações, adicionais e outras verbas reconhecidas judicialmente.

Para que esses cálculos sejam realizados de forma adequada, é indispensável que as informações disponíveis nos sistemas de gestão de recursos humanos sejam completas, atualizadas e consistentes. A ausência de registros históricos, divergências cadastrais, informações incompletas ou dificuldades na identificação da origem dos dados podem comprometer a precisão dos cálculos elaborados, exigindo consultas complementares a documentos físicos, legislações específicas e outras fontes de informação.

Além dos impactos operacionais, falhas informacionais podem gerar retrabalho, atrasos processuais, aumento dos custos administrativos e insegurança jurídica, afetando tanto a Administração Pública quanto os servidores envolvidos. Dessa forma, a adoção de mecanismos que assegurem a qualidade e a confiabilidade das informações torna-se essencial para garantir maior eficiência administrativa, transparência institucional e segurança na elaboração dos cálculos judiciais.

Diante desse contexto, observa-se que a confiabilidade das informações provenientes dos sistemas de gestão de recursos humanos ultrapassa os limites da gestão administrativa, influenciando diretamente a qualidade dos procedimentos judiciais que dependem dessas informações para sua correta execução.

METODOLOGIA: A presente pesquisa caracteriza-se como aplicada, de natureza descritiva e abordagem quali-quantitativa.

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da análise de livros, artigos científicos, legislações, normas e demais publicações relacionadas à gestão de recursos humanos, sistemas de informação, controle interno e cálculos judiciais na Administração Pública.

A pesquisa de campo foi realizada mediante aplicação de questionário eletrônico direcionado a profissionais que atuam em áreas relacionadas à gestão de recursos humanos, contabilidade, controle interno, assessoria jurídica e atividades que demandam utilização de informações funcionais e remuneratórias para fins administrativos ou judiciais.

Os dados coletados foram organizados e analisados por meio de estatística descritiva, utilizando tabelas e gráficos para apresentação dos resultados. As respostas obtidas também foram interpretadas de forma qualitativa, buscando compreender a percepção dos participantes acerca da confiabilidade das informações provenientes dos sistemas de gestão de recursos humanos e seus impactos na elaboração dos cálculos judiciais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gráfico 1- Confiabilidade das informações disponibilizadas pelos sistemas de recursos humanos



Fonte: MACEDO; SANTOS, 2026.

Em relação à confiabilidade das informações disponibilizadas pelos sistemas de recursos humanos, verificou-se que 45,5% dos participantes consideram as informações confiáveis, 9,1% as classificam como muito confiáveis, 36,4% como parcialmente confiáveis e 9,1% como pouco confiáveis.

Os resultados demonstram que mais da metade dos participantes (54,6%) avalia positivamente a confiabilidade das informações disponibilizadas pelos sistemas. Entretanto,

parcela significativa dos respondentes ainda percebe limitações na qualidade dos dados disponíveis, indicando a necessidade de aprimoramento contínuo dos mecanismos de controle e gestão da informação.

Gráfico 2- Ocorrência de inconsistências ou ausência de informações

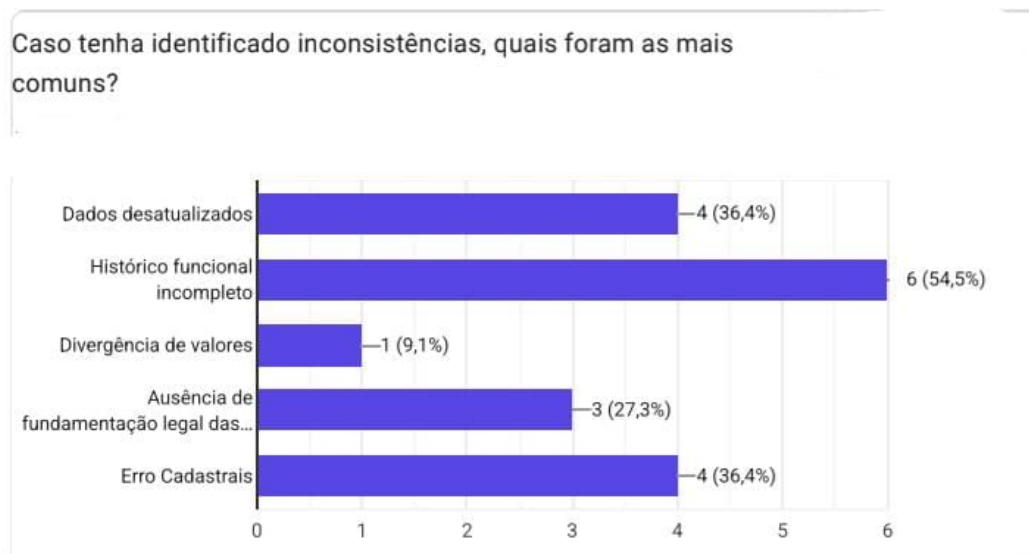


Fonte: MACEDO; SANTOS, 2026.

Quando questionados sobre a identificação de inconsistências ou ausência de informações nos sistemas de recursos humanos, 45,5% dos participantes afirmaram encontrar esses problemas frequentemente, 36,4% às vezes e 18,1% raramente.

Observa-se que a maioria dos respondentes já identificou algum tipo de inconsistência nos sistemas utilizados, demonstrando que desafios relacionados à qualidade da informação ainda fazem parte da realidade administrativa dos órgãos públicos.

Gráfico 3- Principais inconsistências identificadas nos sistemas



Fonte: MACEDO; SANTOS, 2026.

Entre as inconsistências mais frequentemente identificadas, destacam-se o histórico funcional incompleto (54,5%), os dados desatualizados (36,4%) e os erros cadastrais (36,4%). Também foram mencionadas a ausência de fundamentação ou detalhamento das informações (27,3%) e divergências de valores (9,1%).

O histórico funcional incompleto foi apontado como a principal dificuldade encontrada pelos participantes, evidenciando a importância da manutenção adequada dos registros funcionais para garantir a confiabilidade das informações utilizadas na elaboração dos cálculos judiciais.

Gráfico 4- Impactos das inconsistências na elaboração dos cálculos judiciais



Fonte: MACEDO; SANTOS, 2026.

Quanto aos impactos decorrentes das inconsistências informacionais, os participantes destacaram principalmente os atrasos processuais (63,6%) e a necessidade de consultas complementares (54,5%). Também foram mencionados retrabalho (36,4%), divergências nos cálculos (36,4%) e insegurança jurídica (36,4%).

Esses resultados demonstram que as falhas informacionais podem gerar consequências significativas para a Administração Pública, afetando a eficiência administrativa, a celeridade processual e a segurança dos procedimentos relacionados à elaboração dos cálculos judiciais.

Síntese dos resultados

Os dados obtidos indicam que, embora os sistemas de gestão de recursos humanos sejam amplamente utilizados e considerados importantes para a execução das atividades profissionais,

ainda existem limitações relacionadas à confiabilidade, atualização e completude das informações disponibilizadas. As inconsistências identificadas pelos participantes demonstram potencial para gerar atrasos processuais, retrabalho e insegurança jurídica, reforçando a importância do fortalecimento dos mecanismos de controle e governança da informação na Administração Pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A confiabilidade das informações provenientes dos sistemas de gestão de recursos humanos constitui elemento fundamental para a adequada execução das atividades desenvolvidas pela Administração Pública, especialmente aquelas relacionadas à elaboração de cálculos judiciais. Considerando que esses cálculos dependem diretamente da precisão dos registros funcionais e remuneratórios dos servidores, a qualidade das informações disponibilizadas pelos sistemas influencia significativamente a segurança e a consistência dos resultados obtidos.

A presente pesquisa buscou analisar a relação entre a confiabilidade das informações registradas nos sistemas de recursos humanos e a elaboração dos cálculos judiciais, destacando a importância da integridade, atualização e disponibilidade dos dados utilizados nesses procedimentos. Nesse contexto, a investigação permitiu compreender que eventuais inconsistências informacionais podem gerar dificuldades operacionais, aumentar a necessidade de verificações complementares e comprometer a eficiência dos processos administrativos e judiciais.

Os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo permitirão identificar a percepção dos profissionais que atuam diretamente com essas informações, possibilitando compreender os principais desafios enfrentados na utilização dos sistemas e os impactos decorrentes de falhas ou limitações existentes nos registros disponíveis. Além disso, a análise contribuirá para a identificação de aspectos que podem ser aperfeiçoados visando fortalecer a qualidade das informações utilizadas na Administração Pública.

Por fim, destaca-se que a melhoria contínua dos sistemas de gestão de recursos humanos, associada ao fortalecimento dos mecanismos de controle interno e governança da informação, representa importante instrumento para promoção da eficiência administrativa, da transparência institucional e da segurança jurídica. Dessa forma, espera-se que os resultados

desta pesquisa possam contribuir para futuras discussões e iniciativas voltadas ao aprimoramento da gestão da informação no setor público.

REFERÊNCIAS

BELLI, Luca; MAGALHÃES, Larissa Galdino de; NUNES, José Luiz et al. Governança de dados no setor público. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 5. Ed. Barueri: Atlas, 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Conceitual Básico (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Brasília: CPC, 2019.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION (COSO). Internal Control – Integrated Framework. Durham: COSO, 2013.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de informação gerenciais. 17. Ed. São Paulo: Pearson, 2021.

MACEDO, Dirceu Flavio; LEMOS, Daniela Lucas da Silva. Modelo de governança para dados abertos governamentais: uma proposta para disponibilização qualificada e transparente de recursos informacionais na rede. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 29, 2024.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 12. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SANTOS, Manoel Messias; SILVA, Patrícia Nascimento. Governança e qualidade de dados: estudos de casos na gestão pública. Fórum de Pesquisas Discentes do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (FORPED), 2025.